



Fundação Escola Nacional de Administração Pública

Presidente

Francisco Gaetani

Diretor de Desenvolvimento Gerencial

Paulo Marques

Coordenadora-Geral de Educação a Distância

Natália Teles da Mota Teixeira

Conteudista

Sérgio Ricardo de Brito Gadelha

Diagramação realizada no âmbito do acordo de Cooperação Técnica FUB/CDT/Laboratório Latitude e Enap.

© Enap, 2017

Enap Escola Nacional de Administração Pública

Diretoria de Comunicação e Pesquisa

SAIS - Área 2-A - 70610-900 — Brasília, DF

Telefone: (61) 2020 3096 - Fax: (61) 2020 3178

SUMÁRIO

1. Introdução	5
1.1 Economia X Educação Fiscal	5
2. Agentes Econômicos	6
3. Produto Interno Bruto (PIB)	7
3.1 Analisando o PIB sob as Óticas da Produção, da Demanda e da Renda	9
3.2 O que não entra no Cálculo do PIB	10
3.3 PIB per capita	11
4. Oferta e Demanda	12
4.1 Demanda ou Procura	13
4.2 Demanda de Mercado	14
4.3 Oferta	15
4.4 Lei da Oferta e da Demanda	16
5. Economia Mista	17
6. Fatores de Produção	17
7. Questões Fundamentais da Ciência Econômica	20
8. Desemprego e Inflação	21
8.1 Relação entre Desemprego e Inflação	22
8.2 Hiperinflação	23
8.3 Desemprego e Recessão	24
8.4 Aprendendo a Medir a Inflação	26
8.5 Como é medida a Inflação?	26
9. Desigualdade De Renda	27
9.1 Desigualdade Social e de Renda	28
10. Salário Mínimo	29
11. Índice de Desenvolvimento Humano	29
11.1 As dimensões do IDH E IDHM	30
12. Revisando o Módulo	31
Referências	33

Enap
Enap

Enap

Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap

Enap
Enap

levantamos até ao anoitecer, estamos envolvidos com Economia e Educação Fiscal. Pois vamos ver: ao nos levantarmos, realizamos alguns atos que desencadeiam um processo econômico. O ato de acender a luz, escovar os dentes, tomar banho, pegar o ônibus ou o carro para ir ao trabalho, tudo isso põe a Economia em funcionamento.



É nosso dever, como cidadãos, cobrar dos governantes a qualidade do serviço público prestado e verificar se os tributos estão sendo aplicados de forma correta. A conta de energia elétrica, por exemplo, deve ser analisada, pois possui diversos tributos nos seus cálculos, tais como: ICMS, PIS/PASEP e COFINS. Que interessante, hein?!

A Economia e a Educação Fiscal estão presentes em nossas ações, até nas mais simples das atitudes.

A Economia é uma área do conhecimento que estuda os processos de produção, distribuição, acumulação e consumo de bens e serviços. Assim, o conceito de Economia engloba a noção de como as sociedades utilizam os recursos escassos para produção de bens e serviços e a forma como é feita a distribuição dessa riqueza pela sociedade.

A Ciência Econômica tenta explicar o funcionamento dos sistemas econômicos e as relações com os agentes econômicos (governo, empresas e consumidores ou famílias). O principal papel do governo, nesse processo, é o de regular o funcionamento da Economia, buscando maximizar o bem-estar social alocando e distribuindo bens e serviços, mantendo a estabilidade da economia.

Enap

Enap
Enap

2. Agentes Econômicos

Agentes econômicos são pessoas de natureza física ou jurídica que, através de suas ações, contribuem para o funcionamento do sistema econômico. Eles buscam maximizar resultados de acordo com seus objetivos. Os principais agentes econômicos são:

Família: são todos os indivíduos e unidades familiares da economia e que, no papel de consumidores, adquirem os mais diversos tipos de bens e serviços, buscando maximizar sua satisfação ou necessidade (utilidade). A família é a detentora dos fatores de produção, insumos ou recursos produtivos, que é tudo aquilo que é utilizado na produção de um bem ou serviço.

Firmas: são os agentes encarregados de produzir e comercializar bens e serviços. Esses agentes buscam maximizar seus lucros. A produção é realizada por meio da combinação de fatores de produção (terra, capital, trabalho e tecnologia) para oferecer bens e serviços às famílias que os comprar;

Governo (nas três esferas): incluindo todas as organizações que, direta ou indiretamente, estão sob o controle do Estado, o governo atua no sistema econômico e produz bens e serviços, buscando maximizar o bem-estar social. Trata-se do agente que promove a legislação e fiscaliza seu cumprimento; pune eventualmente os agentes econômicos quando estes não se comportam de acordo com a lei; que provém bens e serviços públicos, etc.

Resto do mundo: todo e qualquer país que não o nosso.

relação ao PIB anterior é representado pela diferença entre o que se produziu menos aquilo que foi utilizado nessa produção, caso contrário, estaríamos fazendo uma dupla contagem.

3.1 Analisando o PIB sob as Óticas da Produção, da Demanda e da Renda

Agora, analise atentamente a figura a seguir.



Figura 3- Conta do pãozinho

Por meio dela podemos apresentar outro exemplo ilustrativo: a “conta do pãozinho” (ver figura acima) para explicar o PIB na **ótica da produção**. Nessa ilustração será possível perceber que, no cálculo do PIB, só se considera os bens e serviços finais, mas não os bens e serviços intermediários.

Note que somente o que é novo na economia entra na conta do PIB. O que isso significa? Bem, o cálculo do PIB considera somente bens e serviços finais produzidos no período em análise. Assim, o PIB representa somente o valor adicionado gerado por todas as atividades da economia de um país, ou seja, os produtos e serviços novos.

No exemplo, fica claro que a matéria-prima, o trigo, usado para fazer o pãozinho, não entra no cálculo do PIB, e isso ocorre para evitar a dupla contagem. De maneira análoga, não é considerado o preço do trigo importado, mas sim o valor dos pães feitos a partir dessa matéria-prima, o que inclui as horas de trabalho do padeiro, a energia elétrica e água consumidas e assim por diante.

Por outro lado, pela **ótica da despesa ou da demanda**, o primeiro fator que influencia diretamente a variação do PIB é o consumo das famílias. Quanto mais as pessoas gastam, mais o PIB cresce. Se o consumo é menor, o PIB cai.

O consumo depende dos salários e dos juros. Se as pessoas ganham mais e pagam menos juros nas prestações, o consumo é maior e o PIB cresce. Com salário baixo e juros alto, o gasto pessoal cai e o PIB também. Por isso os juros atrapalham o crescimento do país.

Os investimentos das empresas também influenciam no PIB. Se as empresas crescem, compram máquinas, expandem atividades e contratam trabalhadores, elas movimentam a economia. Os juros altos também atrapalham aqui: os empresários não gastam tanto se tiverem de pagar muito pelos empréstimos para investir.

Enap
Enap

Enap

Enap
Enap

Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap
Enap

As despesas do governo ou consumo público também entram no cálculo do PIB. O governo, ao realizar despesas com educação, saúde, manutenção de infraestruturas e remuneração dos servidores públicos, gera gastos governamentais que elevam a produção geral da economia. As exportações também fazem o PIB crescer, pois propiciam maior fluxo de dinheiro entrando no país e que poderão ser gastos em investimentos e consumo, por exemplo.

O PIB também é calculado a partir das informações sobre **renda** como salários, aluguéis, juros, lucros. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão responsável por coletar esses dados e realizar o cálculo do PIB, verifica como as pessoas, empresas e governos estão ganhando dinheiro, considerando a remuneração dos três fatores básicos de produção: o trabalho, por meio dos salários; o capital, por meio do lucro das empresas e dos juros; a terra, por meio dos aluguéis.

Para compreender melhor como é feito esse cálculo, analise um exemplo. Imagine que uma pessoa gastou R\$50 no salão de beleza. Na ótica do produto (oferta), esses R\$50 aparecem nos dados do setor de serviços. Na ótica da demanda (despesa), correspondem ao consumo das famílias. E na ótica da renda, diz respeito aos salários.



No fim das contas, as óticas representam formas distintas de olhar para o desempenho da economia. Assim, o governo, os investidores, os empresários e os trabalhadores têm mais informações para saber como a economia do País está evoluindo, qual setor está mais desenvolvido, qual precisa de mais investimento, etc.



Enap

3.2 O que não entra no Cálculo do PIB

Talvez você esteja se perguntando: **mas o que não entra no cálculo do PIB?**



Figura 4- O que não entra no cálculo do PIB

Enap
Enap

No Brasil, as atividades econômicas ilegais (isto é, a economia subterrânea¹) e as atividades legais não-declaradas (para fins de sonegação de impostos – isto é, economia informal²) não são consideradas no cálculo do PIB.

Agora reflita: se o PIB é a soma de tudo o que se produz, não deveríamos estar falando em toneladas, metros cúbicos, litros, enfim, em unidades que representam volumes de produção, como toneladas de aço ou trigo, número de aviões produzidos, etc.? Por que o PIB é expresso em moeda corrente, por exemplo, em reais ou em dólares?

A resposta é que não existe outra maneira de se somar bens e serviços tão diferentes entre si, como toneladas de aço, barris de petróleo e horas de aula na escola. A saída é atribuir valores a todos os itens que fazem parte do PIB, e depois somar.

Até o momento vimos a importância do PIB, a forma de calculá-lo e, nos exemplos, citamos sempre o seu crescimento. Mas o que acontece quando o PIB encolhe ao invés de crescer? Se isso acontecesse por dois trimestres seguidos, teríamos uma recessão: a produção diminuiria, empresas fechariam as portas, o desemprego aumentaria, as famílias reduziriam seu consumo por falta de dinheiro, etc.



Caso tenha interesse em conhecer um pouco mais sobre os métodos de cálculo do PIB realizado pelo IBGE recomendamos uma leitura complementar, disponível em nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem.

3.3 PIB per capita

Os economistas costumam dizer que o PIB é um bom indicador de crescimento, mas não de desenvolvimento, pois seu cálculo não considera informações sobre distribuição de renda, investimento em educação, qualidade de vida, escolaridade, etc.

Para pensar na distribuição de renda de um país, o **PIB per capita** é calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes da região, medindo quanto, do total produzido, “cabe” a cada cidadão se todos tivessem partes iguais. Esse indicador fornece elementos para se ter uma ideia do bem-estar social dos habitantes ao indicar a renda média de cada país.

Mas o PIB per capita não indica como está a distribuição dessa renda, o estado de saúde da população, a qualidade da educação, a preservação do meio ambiente, a beleza da arte e poesia, a riqueza cultural; ele não indica se as pessoas estão seguras ou vivem em um país violento, ou quais são seus valores éticos e morais.

Por outro lado, se há mais renda, existe mais condições para o país investir em bons sistemas de saúde e de educação, em programas culturais, em projetos de desenvolvimento sustentável

1. O conceito de **economia subterrânea** se refere a certas atividades, como trabalhar como imigrante ilegal, trabalhar recebendo seguro-desemprego e atividades ilícitas (por exemplo, contrabando, tráfico, jogos clandestinos, tráfico de drogas, prostituição, agiotagem, transporte clandestino, etc.).

2. O conceito de **economia informal** se refere à desobediência às atividades normais de mercado, em outras palavras, abrange as atividades que não respeitam as regras institucionais impostas na sociedade, especialmente as legislações fiscais e trabalhistas (por exemplo, trabalhadores sem carteira assinada, camelôs, sacoleiros, produções caseiras de mel, geleia e biscoitos, etc.).

que preserve o meio ambiente, em programas de inclusão social e combate à pobreza, assim como em políticas de segurança que previnam e combatam o crime, etc. Por isso, o crescimento do país costuma indicar uma melhoria geral do nível de vida, mesmo que mais para uns do que para outros.

O PIB per capita equivale à renda per capita, o que dá uma ideia de qual poderia ser o ganho médio de cada indivíduo da população. Mas é claro que nem todos ganham a mesma coisa, muitos nem trabalham, como a maioria das crianças e das pessoas idosas. Porém, o PIB per capita não revela a paridade do poder de compra em termos efetivos, somente em termos médios, o que acaba sendo uma informação muito distorcida em economias com grande concentração de renda, como é o caso do Brasil.



SAIBA MAIS

Para obter mais informações sobre como o PIB é calculado, acesse os seguintes endereços eletrônicos:

UOL:

<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/03/27/entenda-como-e-feito-o-calculo-do-pib.htm>;

Estadão:

<http://www.estadao.com.br/infograficos/economia,o-que-e-o-pib,377864>;

O Globo (G1):

<http://g1.globo.com/economia/pib-o-que-e/platb/>.

4. Oferta e Demanda

A oferta e a demanda são as forças fundamentais em uma economia de mercado, pois determinam o preço, o nível real de renda ou produção, o nível de empregos, entre outros. Na economia real, isto é, a economia que afeta nossas vidas cotidianas, pouca coisa escapa do efeito dessas duas forças.

Os termos oferta e demanda já foram ouvidos ou ditos por você em algum momento de sua vida, certo?! Entender esses conceitos é fundamental para aprimorar seu conhecimento sobre finanças públicas. Pois bem, analise a imagem abaixo e reflita: **quando você ouve as palavras oferta e demanda, o que vem à sua mente?**



Fonte: Enap

O que se percebe é que há um vendedor (ofertante) de repelentes para mulheres grávidas e várias compradoras (demandantes). Em outras palavras, observamos, nesse exemplo ilustrativo, uma aplicação direta dos conceitos de oferta e demanda. Como há muitas compradoras e apenas um repelente à venda, é de se esperar que o vendedor eleve o preço do produto para obter certa lucratividade.

4.1 Demanda ou Procura

A demanda está diretamente ligada aos consumidores, isto é, aos agentes econômicos que se dirigem ao mercado para adquirir bens e serviços de que necessitam. Podemos definir a demanda ou procura como sendo a quantidade de certo bem ou serviço que os consumidores desejam adquirir em determinado período de tempo.

A demanda não é apenas o desejo, mas a intenção de pagar para dispor de um bem ou serviço, como um sorvete ou um corte de cabelo. A demanda pode ser influenciada por diversos fatores, como preferência pessoal, a renda das pessoas, suas expectativas e os preços.

Há uma relação inversamente proporcional entre a quantidade demandada ou procurada e o preço do bem, chamada Lei da Demanda. Essa relação “quantidade demandada/preço do bem” pode ser representada por uma curva de demanda ou, em termos matemáticos, por uma função demandada.

Note que se o preço do sorvete aumenta para R\$20,00 a unidade, você comprará menos sorvete. Entretanto, você pode substituir o consumo de sorvete pelo iogurte congelado. Se o preço caísse para R\$5,00 a unidade, você compraria muito mais sorvete! Uma vez que a quantidade demandada cai quando aumenta o preço, a quantidade demandada aumenta quando o preço cai. Dizemos que a quantidade demandada se relaciona negativamente com o preço.

Essa relação entre preço e quantidade demandada é válida para a maioria dos bens. Tudo o mais mantido constante, quando o preço de um bem aumenta, a quantidade demandada desse bem cai.

Enap
Enap

Como já foi dito, a demanda depende de variáveis que influenciam a escolha do consumidor, por exemplo: o preço do bem ou serviço, o preço dos outros bens, a renda do consumidor, o gosto ou preferência do indivíduo. Para se estudar a influência isolada dessas variáveis, sempre devemos utilizar a expressão *coeteris paribus*, que significa “tudo o mais constante”, isto é, considera-se cada uma dessas variáveis afetando separadamente as decisões do consumidor.



Se o preço de um produto sobe, as vendas caem; as pessoas deixam de comprar, porque não podem pagar, acham caro ou procuram substitutos. Se o quilo da carne bovina está caro, que tal comprar frango ou peixe? E o sorvete da marca A subiu de preço, que tal comprar o sorvete da marca B? Da mesma forma, se o preço cai, as vendas tendem a subir.



São determinantes da demanda os seguintes fatores:

- Bens substituíveis;
- Bens complementares;
- Rendimento (renda);
- Moda (alteração nas preferências do consumidor);
- Expectativas;
- Noção de Status (marca).

Vamos analisar alguns exemplos? Acompanhe!

Enap

Enap
Enap



exemplo

Laranja e tangerina podem ser considerados bens substitutos, pois possuem características semelhantes. Assim, se o preço da laranja aumentar, as pessoas irão substituir o consumo da laranja pela tangerina. Do outro modo, terno e gravata são bens complementares. Logo, se o preço do terno abaixar, os consumidores não apenas irão comprar mais ternos, como também irão comprar mais gravatas, uma vez que só se encontra utilidade com os dois bens, e não apenas com um.

4.2 Demanda de Mercado

Até agora falamos na demanda de um consumidor. Contudo, em economia, para definir um preço, não criamos um equilíbrio para cada consumidor, mas sim um equilíbrio para cada mercado, sendo que cada mercado é constituído por vários consumidores.

A demanda de mercado é uma análise que indica quanto de determinado bem ou serviço estamos dispostos a comprar em um segmento de mercado, nos dando assim uma ideia de quanto o mercado pode demandar. Nesse caso não analisamos um consumidor individualmente, e sim todos os consumidores que desejam comprar certo bem ou serviço.

Vejamos um exemplo. O quanto um consumidor compra de pão em uma padaria não é relevante nem para o mercado nem para a própria padaria.



O que importa, na tomada de decisões, é o comportamento agregado da demanda, ou seja, o número de consumidores que compram pão naquela padaria é importante para diversas decisões, tais como, o que oferecer, decidir ampliar ou não a produção, investir em propaganda, contratar funcionários, etc. O comportamento de um consumidor, individualmente, não influencia nessas decisões.



4.3 Oferta

A oferta significa uma quantidade física de produtos ou serviços colocados à venda no mercado por um determinado preço. Esse preço deve atender a dois requisitos: cobrir os custos para a produção do bem ou serviço; e proporcionar um lucro atrativo para o ofertante.

Para o ofertante, preços maiores são estímulos para ofertar mais, obter lucros maiores e colocar mais unidades à venda. Quando, porém, o preço diminui, o produtor coloca menos unidades no mercado, alterando o volume da oferta no mercado. O modelo aplica-se a um vendedor tomador de preço³.

Um bom exemplo dessa situação ocorre quando alguns produtores rurais optam por trocar o milho por soja, pois ela se apresenta com melhores preços. Note que os produtores não têm poder para fixar os preços de mercado (são tomadores de preço). O preço dessas *commodities*⁴ (milho, soja, feijão, etc.) são determinados por fatores de mercado, tais como clima, demanda, incentivos fiscais, etc.

Um raciocínio importante de ser compreendido é o custo que o produtor tem que cobrir ao vender determinado produto ou serviço. Mesmo que o preço suba, ainda pode estar abaixo dos custos de produção e, nesse caso, não haverá oferta.

O produtor tem que receber, no mínimo, o valor que permita cobrir os seus custos adicionais na produção dessa unidade e conseguir obter uma margem de lucro. Vejamos um exemplo.



Suponhamos que um salão de beleza tenha custos fixos de aluguel, luz, telefone, funcionários, de R\$5.000,00 e que cobre R\$20,00 para serviços de manicure aos clientes. Considerando que o material usado (esmalte, acetona, algodão) fique em torno de R\$10,00, esse valor representa o custo variável do serviço. Como o preço é de R\$20,00, o salão lucra aproximadamente R\$10,00 em cada atendimento.

Essa relação entre o preço de mercado de um produto e a quantidade desse mesmo bem que os produtores se dispõem a destinar aos consumidores chama-se curva de oferta. A curva de oferta mostra o que acontece com a quantidade oferecida de um bem quando seu preço varia, mantendo constante todos os outros determinantes da oferta. Quando um desses

3. Tomador de preço: é quando compradores e/ou vendedores precisam aceitar o preço que o mercado determina.

4. *Commodity* ou *Commodities*: termo em inglês que significa mercadoria. Trata-se de produtos primários como café, soja, milho, trigo, petróleo, além de alguns produtos industriais semi-elaborados como celulose e açúcar. Uma commodity costuma ter características muito parecidas com a de outros produtores, permitindo que sejam cotadas nas Bolsas de Valores. Os produtores de commodities são considerados "price takers", ou seja, são tomadores de preços, não podendo individualmente afetar as cotações dos produtos produzidos. Desta forma, um produtor de soja no Brasil, por maior que seja e por mais que varie sua produção, muito dificilmente conseguirá determinar os preços mundiais da soja. Fonte: <http://www.infomoney.com.br/educacao/glossario/c>

SAIBA MAIS

Caso tenha interesse em conhecer um pouco mais sobre o estudo da oferta e da demanda, recomendamos uma leitura complementar, disponível em nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem.

5. Economia Mista

As economias em que a produção é feita em vários mercados diferentes, no qual há também espaço para a oferta governamental de bens e serviços, chamam-se economias mistas. No Brasil e na maioria dos países, a economia é formada por muitos mercados, em que os preços sobem e descem em função da oferta e da demanda, daí a expressão economia de mercado.



Porém, analisando mais profundamente, não existe economia de mercado pura, e um bom exemplo disso é um supermercado. Ao passar as compras no caixa, o consumidor não fica negociando o preço conforme ocorreria em um mercado puro (ou livre, onde funciona perfeitamente a Lei da Oferta e da Demanda).



Em qualquer país, há sempre alguns produtos e serviços ofertados pelo governo. Trata-se dos bens públicos, como a segurança pública, a iluminação pública, saúde e educação. Note que o preço desses bens e serviços não é negociado pela demanda, mas sim fixado pelos governos por meio de tributos.

Nas economias que se organizam a partir de mercados, os preços orientam as decisões das pessoas: preços altos estimulam a oferta, fazendo com que os produtores atuais expandam sua produção até mesmo quando outras pessoas queiram ofertar aquele mesmo produto ou serviço; se os preços caem, ocorre o movimento contrário.

6. Fatores de Produção



Figura 6- Fatores de Produção

Observe a imagem ao lado e reflita: **para você, o que é uma necessidade humana? Quais são as suas maiores necessidades como ser humano?**

Entende-se a necessidade humana como uma sensação de que falta alguma coisa unida ao desejo de satisfazê-la. As pessoas sentem necessidade de adquirir alguma coisa, sentem desejo (vontade, necessidade) de comprar roupas, de ir jantar em um restaurante, de tomar um bom suco, assim como adquirir bens de consumo, como televisão, computador, geladeira, etc.

Enap
Enap

Enap

Enap
Enap

Quando tiramos férias, temos muita vontade de viajar para o litoral e curtir uma praia, ou então fazer uma viagem e conhecer outros países. Note, portanto, que não há limite para as necessidades humanas, as quais vão aumentando proporcionalmente à renda. Mas como satisfazer essas necessidades?



Em economia, o problema da escassez reside no fato de existir recursos limitados, contrapondo-se às necessidades humanas ilimitadas. A questão central do estudo da economia é: como alocar os recursos produtivos limitados para satisfazer todas as necessidades da população?



Esse dilema de recursos escassos *versus* necessidades humanas ilimitadas é que norteará boa parte da preocupação dos economistas e, de modo geral, de nossos governantes. Dito de outro modo, a escassez força os indivíduos, as famílias, as empresas e até os governos a fazerem escolhas.

Assim como as escolhas que devemos fazer em nossas vidas, porque nem sempre há dinheiro suficiente para satisfazer todos os nossos desejos, os recursos orçamentários também são escassos, e o governo deve decidir em que serviço público alocar mais recursos: na saúde, na educação ou na construção de rodovias?

Dessa maneira, as empresas, eu e você, como a maioria dos cidadãos, temos que decidir como gastar a renda e que necessidades devemos priorizar. As empresas devem decidir se ampliam o capital produtivo ou investem no mercado financeiro, e os governos precisam decidir se pagam uma parcela de suas dívidas ou fazem investimentos em educação e saúde.

Neste contexto, os fatores de produção, conhecidos também por insumos ou recursos produtivos, são elementos necessários para produzir bens e serviços essenciais para a sociedade. Conheça os principais fatores de produção na imagem a seguir.

8. Desemprego e Inflação

Você certamente sabe o que é desemprego e tem noção do que seja a inflação. **Mas você sabia que existem diferentes tipos de desemprego e de inflação?** Vejamos inicialmente os três tipos de desemprego que uma economia pode evidenciar:

Desemprego Estrutural:

Esse tipo de desemprego é causado por inovações. Foi o que ocorreu, por exemplo, com os funcionários das fábricas de máquinas de escrever, haja vista o avanço das tecnologias de computação, a mecanização no campo, dentre outros exemplos. É o ser humano perdendo postos de trabalho para máquinas, que o substitui.

Desemprego Conjuntural:

Esse tipo de desemprego tem um caráter mais temporário ou cíclico e está relacionado a fenômenos como guerras, crises econômicas, fatores climáticos, etc. As crises econômicas internacionais de 1930 e de 2007-2009 são exemplos disso.

Desemprego Friccional:

Essa categoria de desemprego é formada pelo conjunto de pessoas que estão desempregadas e à procura de um emprego melhor, ou seja, saíram de seus postos de trabalho voluntariamente em busca de melhores condições. Um bom exemplo é o das pessoas que podem parar de trabalhar a fim de estudarem para um concurso público.

Com relação à inflação, também é importante destacar os três tipos principais:

Inflação de Demanda:

Esse tipo de inflação é causado por um excesso de demanda sobre a oferta, o que provoca um aumento de preços. Imagine a seguinte situação: um comerciante tem uma banca com 30 abacaxis para vender, sendo R\$3,00 a unidade. Se o comerciante percebe que existem 50 pessoas interessadas em comprar abacaxi, a tendência é que ele aumente o preço em função da pressão da demanda sobre a sua oferta. Caso o clima provocasse uma redução na produção da fruta, os preços também subiriam devido à redução na oferta com a mesma demanda de consumo.

Inflação de Custos:

A inflação de custos (a mais importante para o Brasil) caracteriza-se pelo repasse dos custos aos preços finais. Imagine, por exemplo, um carro à venda. Independentemente de haver demanda para aquele modelo, o carro já sai da montadora com um preço, geralmente bem elevado.

Isso ocorre não porque tem muita gente querendo comprar o carro, mas sim porque a montadora necessita recuperar os custos de produção e os repassa para o preço final do produto, um exemplo clássico do famoso “custo Brasil”.

Esse conceito de “custo Brasil” é mais amplo e reflete a alta carga tributária, estradas ruins, portos obsoletos, aeroportos com capacidade insuficiente, insumos importados caros, mão de obra desqualificada, entre outros.

Enap

Enap

Enap

Inflação Monetária:

O conceito de inflação remonta ao século XVIII, tendo sido uma teoria concebida por David Ricardo, economista e político britânico. Esse tipo de inflação reflete o aumento de preços causado por um aumento de moeda em circulação. As pessoas com mais dinheiro (mais moeda) tendem a comprar mais. Se a oferta não acompanha esse aumento, cria-se uma pressão de demanda sobre a oferta, causando os mesmos efeitos descritos no caso da inflação de demanda.

Portanto, podemos conceituar a Inflação como sendo o aumento persistente e generalizado do nível de preços em uma determinada economia, sendo essas duas características fundamentais. Se apenas alguns poucos preços aumentam, enquanto os demais preços permanecem estáveis, não há como caracterizar um processo inflacionário.

Por outro lado, se há um aumento de todos os preços em um dado período, por conta da imposição de algum tributo, mas há estabilidade logo em seguida, também não temos como caracterizar inflação, pois a inflação tem que ser generalizada e persistente.

8.1 Relação entre Desemprego e Inflação

Podemos entender que a inflação afeta a economia do país, empobrecendo a população em geral. A moeda perde o seu poder de compra, enfraquecendo-se continuamente. Em outras palavras, a inflação faz com que compremos menos produtos hoje, com a mesma quantidade de dinheiro de antes.

Se a receita (salário, aposentadoria, pensão, comissão de vendas, etc.) não acompanha esse aumento de preços, compram-se menos produtos do que no ano anterior, por exemplo. Portanto, se os preços sobem, mas a renda da sua família não, ou o que você ganha sobe menos que os preços em geral, você pode comprar cada vez menos, ou seja, pode-se considerar que você empobreceu.

Daí a expressão “poder aquisitivo” ou “poder de compra”, que expressa a ideia do que determinada pessoa consegue comprar de produtos. Se o salário não acompanha a inflação, o “poder de compra” cai. **Agora, depois de estudar esses conceitos, você conseguiria responder qual é a relação entre desemprego e inflação?**

A economia nos ensina que, a curto prazo, existe uma relação inversa entre inflação e desemprego. Isto é, a curto prazo, períodos de inflação alta induzem o baixo desemprego, e isso ocorre porque, em períodos de recuperação econômica, há muita contratação, principalmente em obras públicas. Um bom exemplo desse fenômeno ocorreu em 1959, com a construção de Brasília.

O contrário também se observa: em momentos da economia com elevadas taxas de desemprego, a inflação tende a cair. Se o governo adota uma política de austeridade fiscal (controle dos gastos públicos) e austeridade monetária (menos moeda circulando e juros mais alto), menor é a demanda “agregada”, e menor é a produção, resultando em elevação do desemprego e queda dos preços.



Assim, em um curto período de tempo, espera-se que haja uma relação inversa entre taxa de inflação e taxa de desemprego. Em outras palavras, a curto prazo, um aumento da taxa de desemprego reduz a taxa de inflação, pois, se a economia se encontra em recessão, as empresas estão produzindo menos, exercendo pouco efeito sobre os preços de seus produtos e demitindo mais trabalhadores.

E, ao contrário, um aumento da taxa de inflação reduz a taxa de desemprego, pois, em períodos de crescimento econômico, as pessoas estão empregadas e, com o aumento da renda, observa-se uma elevação no preço dos bens e serviços finais.

8.2 Hiperinflação

Agora, imagine uma situação em que o dinheiro perde valor a cada dia, isto é, perde o seu poder de compra diariamente diante do aumento contínuo e generalizado dos preços dos produtos. Nessa situação, denominada de hiperinflação, os salários dos trabalhadores não aumentavam, e de nada adianta fazer orçamentos domésticos, previsões ou ações semelhantes.



Fonte: www.ivoviuauva.com.br

Dados da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), apontam que no Brasil, ao longo dos anos 1980 e início dos anos 1990, a inflação estava fora de controle, caracterizando uma hiperinflação: em alguns meses passava de 50%, chegando a 83,2% a.m. em março de 1983.

Enap
Enap

Enap

Enap
Enap

8.4 Aprendendo a Medir a Inflação

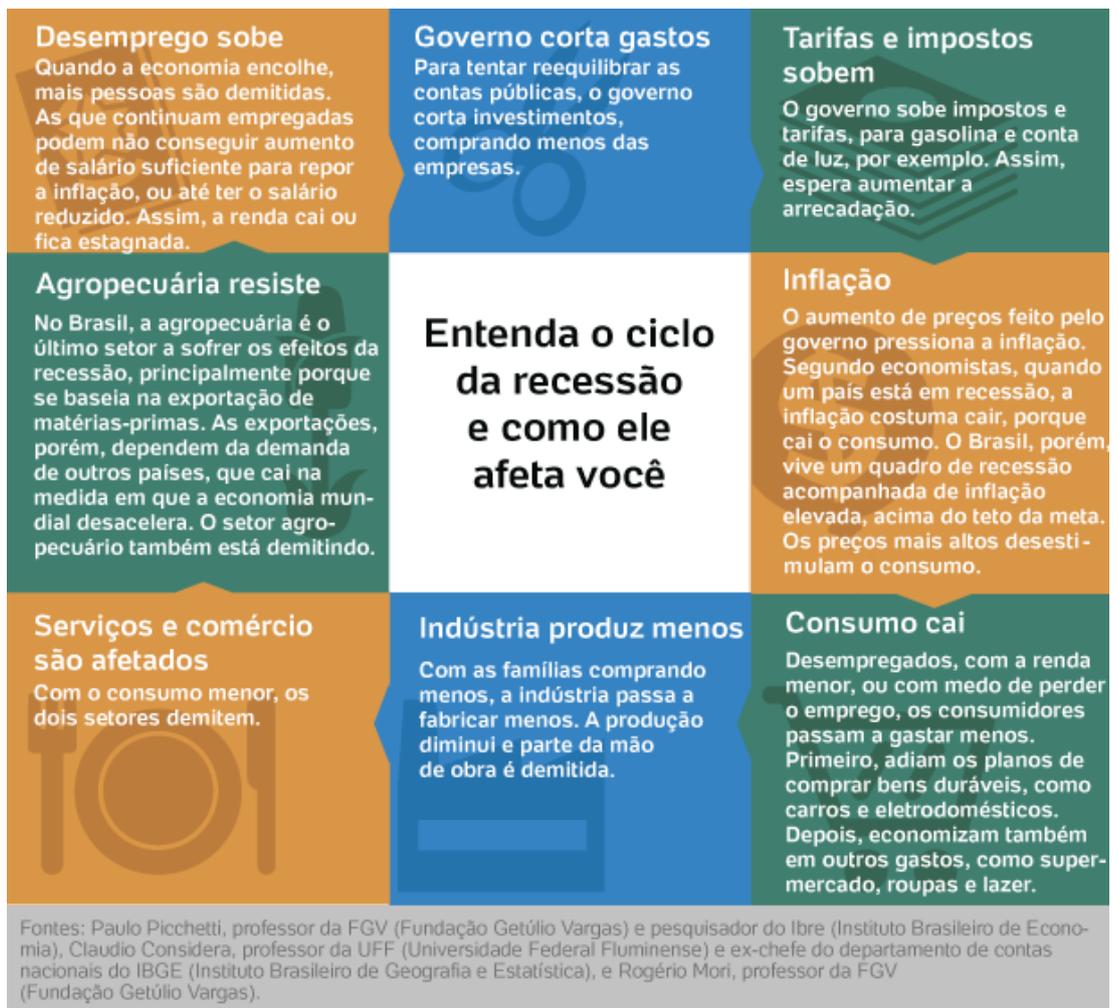


Figura 11- Ciclo da recessão

8.5 Como é medida a Inflação?

Agora você vai entender como é medida a inflação. A medição da inflação é baseada em índices⁵, como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que pondera os bens e serviços mais importantes para a população e mede o crescimento desses preços. Em outras palavras, a inflação é medida por meio de um “índice de inflação”, um número expresso em porcentagem, que mostra como os preços variaram entre duas determinadas datas. Esses índices que medem a inflação são como termômetros para a febre.

No entanto, existem diferentes índices de inflação, mas todos eles se relacionam aos preços de uma cesta de produtos, obtendo-se uma média que dá uma visão de como os preços se comportaram em um determinado período. Ou seja, escolhe-se um conjunto de produtos, e os pesquisadores avaliam se os preços deles subiram ou desceram ao longo do mês, do trimestre, do ano, da década, etc. Melhor então dizer “índices de preços”!

Por outro lado, é importante notar que a cesta de bens e serviços, considerada pelo índice de preços, pode não ser aquela que você costuma consumir, portanto, a “sua” inflação pode ser maior ou menor do que aquela medida pelos índices oficiais.

Se todos os preços (bens, serviços, salários, lucros, etc.) aumentassem uniformemente, não haveria problemas. O problema é que a inflação altera os preços relativos, proporcionando

5. Trata-se de fórmulas baseadas na variação de preços de bens que compõe as diferentes cestas de consumo. O índice de preços oficial do governo é o IPCA.

ganhos para alguns e perdas para outros. Imagine um índice x, calculado a partir de uma cesta de produtos:

- Preço da cesta de produtos no ano de 2010: R\$100,00
- Preço da cesta com os mesmos produtos em 2015: R\$120,00

A inflação, segundo o índice x, será: $(120 - 100)/100 = 20\%$. Isso quer dizer que os preços dos produtos da cesta subiram, em média, 20% entre 2010 e 2015. O que pode explicar isso? Bom, pode-se argumentar que há itens que subiram mais de 20% enquanto outros subiram menos.

Alguns podem até ter caído, mas se calcularmos a média dos preços da cesta entre 2010 e 2015, essa média terá subido 20%. O “repassse”, isto é, o aumento de custo, vai se transformar em aumento de preço. Por exemplo, o aumento do trigo vai ser repassado ao preço do pão francês na padaria perto de sua casa.

9. Desigualdade De Renda

O PIB é uma medida da riqueza da economia. Se essa riqueza for dividida pelo número de habitantes do país, temos uma ideia de como ela está distribuída em termos médios. Por exemplo, o PIB do Brasil é de R\$6 trilhões aproximadamente e a população do Brasil é da ordem de 200 milhões de habitantes. Dessa forma se dividirmos R\$6 trilhões por 200 milhões, teremos uma renda média (ou per capita) de R\$30.000,00, o que não representa muita coisa.

A maioria da população recebe muito menos que isso, o que caracteriza a altíssima concentração de renda existente no Brasil. A distribuição de renda na economia é a forma como o PIB é repartido pelos habitantes de uma região, por exemplo, um país. Isso quer dizer que não basta conhecer a riqueza de um país e seu número de habitantes para se ter uma boa noção de seus níveis de pobreza.

Se a renda for muito concentrada, ou seja, se estiver nas mãos de poucas pessoas, o país pode ser muito rico e seus habitantes, muito pobres. Veja, por exemplo, a situação de alguns países produtores de petróleo no Oriente Médio.

Por outro lado, o país pode não ser tão rico, mas seus habitantes desfrutam de um padrão de vida melhor que o padrão de vida da maioria dos habitantes de um país com economia maior. Essa diferença nasce de como a renda gerada no país é distribuída entre os seus habitantes.



No Brasil, apesar dos avanços recentes, a concentração de renda ainda é extremamente alta em comparação com nações industrializadas, encontrando-se o Brasil entre os países com um dos mais elevados índices de desigualdades de renda. Entretanto, apesar de alta, a concentração de renda no Brasil vem apresentando uma queda contínua e significativa, reflexo da adoção, nos últimos anos, de políticas públicas de proteção social e de redistribuição de renda para combater a pobreza e a desigualdade social.



Além disso, a ampliação do acesso à educação e o aumento no salário mínimo resultou na redução da desigualdade de renda no trabalho. A diferença salarial entre postos que

exigem maior e menor qualificação diminuiu. De outro modo, a ampliação dos programas de transferência de renda, como o programa Bolsa Família, contribuiu para promover maior redistribuição de renda e, conseqüentemente, mais desenvolvimento.

9.1 Desigualdade Social e de Renda

O salário mínimo tem como uma de suas metas a diminuição da desigualdade social ao garantir um padrão mínimo de renda para os trabalhadores mais pobres. Estudos têm mostrado que há pessoas muito pobres, principalmente nas regiões rurais do Brasil, que recebem menos de um salário mínimo.

Essas pessoas não se beneficiam da política de reajustes do salário mínimo. Pode ser que elas trabalhem em mercados onde a oferta de pessoas pouco qualificadas é grande ou a demanda é fraca, ou os dois, permanecendo na classe baixa. Para essas pessoas políticas sociais podem ser eficazes.

Outro conceito bastante relevante no estudo da desigualdade de renda é o da utilidade. A ideia de utilidade do dinheiro está associada à sua conversão na aquisição de bens e serviços. Famílias de baixa renda não poupam! Toda renda é alocada basicamente em moradia, alimentação e transporte.

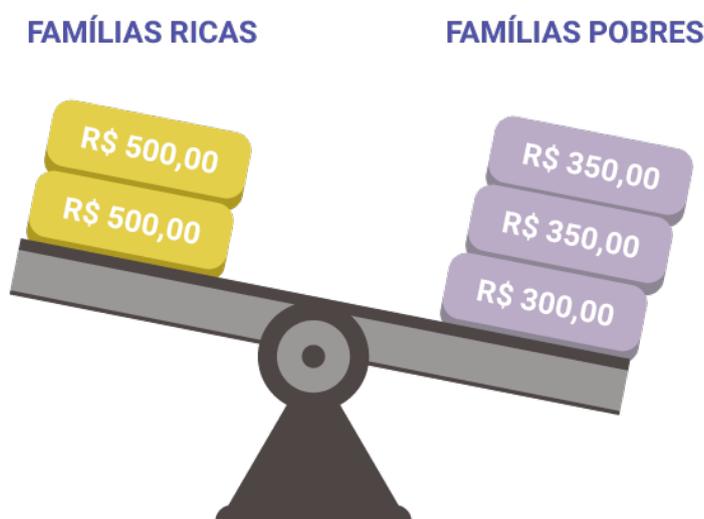
Dessa forma a utilidade do dinheiro é muito grande, pois é totalmente utilizado, ao contrário do que ocorre nas famílias de alta renda. Esse fenômeno alimenta o ciclo vicioso da pobreza, ou seja, quem tem baixa renda não poupa, sem poupança tem que trabalhar cada vez mais, trabalhando cada vez mais não estuda, sem estudo fica cada vez mais desprovido e tem que continuar a trabalhar cada vez mais.

Enap

Para encerrar este assunto, analise a situação a seguir. Ela representa exatamente a ideia de que, para as famílias de baixa renda, o salário tem um “peso” maior, porque essas famílias usam toda sua renda, convertendo-a em bens e serviços essenciais.

Imagine uma balança de benefícios. Se colocarmos R\$1.000,00 nela e pesar a utilidade desse dinheiro para uma família rica, perceberemos que a utilidade é relativamente baixa. Já o peso da utilidade dessa mesma quantia para pessoas mais pobres, que não possuem nada ou vivem em extrema miséria, é muito maior do que no caso anterior, ou seja, nessas situações o dinheiro traz mais utilidade nas mãos das pessoas de baixa renda. Pense nisso!

Assim, a desigualdade alta significa grandes quantidades de dinheiro que tem menos valor (famílias de alta renda) e pouca quantidade de dinheiro que tem mais valor (famílias de baixa renda).



Enap
Enap

A economia faz parte do nosso dia a dia, independentemente de nossas atividades sociais, religiosas, políticas ou trabalhistas. As questões econômicas, no âmbito nacional, estadual ou municipal, em temas como a formação de preços, o mercado de trabalho, o papel do governo, entre outros temas, fazem parte de nosso cotidiano. Todos os agentes econômicos (famílias, empresas, governos) possuem alguma limitação de recursos financeiros, físicos ou humanos, devido a escassez desses recursos.

Podemos definir a economia como a ciência que estuda o comportamento das pessoas para satisfazer às suas necessidades, sendo os recursos escassos. Quais são essas necessidades? Essa resposta depende de muitos fatores. Nas sociedades primitivas, por exemplo, a maior preocupação era sobreviver e os esforços eram centrados na busca de comida.

Com a evolução das técnicas de produção e de armazenamento, o esforço necessário para garantir a alimentação foi diminuindo, mas as pessoas passaram a desejar muito mais, afinal, cada indivíduo tem uma infinidade de outras necessidades, e o problema é que os recursos disponíveis são insuficientes para atender a todos e suas necessidades.

Se a economia se dedica a estudar essa questão, a Educação Fiscal tem como objetivo despertar no cidadão a importância da cidadania fiscal que abrange, dentre outros temas, o uso eficiente dos recursos públicos.

A seguir estudaremos alguns motivos que fazem com que o Estado intervenha na economia de um país. Será bem proveitoso!

Agora, realize os exercícios avaliativos do módulo. Avante!

Enap

Enap
Enap

